

HABEAS CORPUS Nº 471.637 - SP (2018/0254532-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RENATO ANTONIO PAPPOTTI
ADVOGADO : RENATO ANTÔNIO PAPPOTTI - SP145657
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUSSILEI DE OLIVEIRA ROSA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JUSSILEI DE OLIVEIRA ROSA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2161650-95.2018.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que foi decretada a prisão temporária do paciente em 8/5/2018, após prévia requisição da autoridade policial, pela suposta prática dos delitos tipificados nos art. 2º da Lei n. 12.850/13; art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.613/98, por diversas vezes, na forma do art. 71 do Código Penal; art. 155, § 4º, IV e § 5º, por diversas vezes, na forma do art. 71, ambos do CP e art. 311, por diversas vezes, na forma do art. 71 do CP, todos na forma do art. 69 do CP (associação criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, todos em continuidade delitiva e em concurso material de delitos). A prisão temporária foi prorrogada. Por ocasião do recebimento da denúncia, o Magistrado de primeiro grau decretou a custódia preventiva requerida pela autoridade policial.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 300/307.

Posteriormente, a defesa impetrou novo *mandamus* perante o Tribunal *a quo*, que não conheceu da impetração, conforme acórdão de fls. 65/68.

No presente *mandamus*, o impetrante alega que, ao revés do consignado pela Corte *a quo*, o *habeas corpus* lá manejado não seria reiteração do anterior, uma vez que traz informações acerca de fato novo, qual seja, o pedido de extensão da liberdade provisória concedida a uma das corrés, pelo Magistrado de primeiro grau.

Aduz ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no

Superior Tribunal de Justiça

art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Afirma fazer jus à extensão da liberdade concedida a uma das corrés.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, ainda que mediante a imposição de medidas menos gravosas, e, subsidiariamente, a extensão do benefício concedido à corré Andréia Ribeiro Saraiva.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 321/323). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 329/337 e 340/385).

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, concedendo-se *Habeas Corpus*, de ofício, para determinar ao TJ/SP que aprecie o pleito de extensão, ao ora paciente, da liberdade provisória concedida à corré (fls. 387/399).

É o relatório. Decido.

O presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que em 12/11/2018, posteriormente a presente impetração, a MM. Juíza de Direito revogou a prisão preventiva do ora paciente – JUSSILEI DE OLIVEIRA ROSA –, expedindo-se alvará de soltura, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, nos autos da ação penal n. 0000311-71.2018.8.26.0515, que aqui se trata.

Assim, diante do novo contexto fático, evidente a perda do objeto da presente impetração nesta Corte.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator